



**PREJULGADO DE TESE Nº 004, de 13 de janeiro de 2015.**

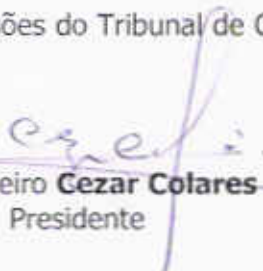
**RESOLUÇÃO Nº 11.713**

**Processo nº 201318088-00**

**EMENTA:** CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS. PRESIDENTE DA CÂMARA, AUTORIDADE COMPETENTE PARA AUTORIZAR AS DESPESAS PRIVATIVAS RELATIVAS AOS SERVIÇOS DO ÓRGÃO, COM BASE NO DECRETO LEI Nº 200/67 E REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS. DISPENSADA A ASSINATURA DOS DEMAIS MEMBROS DA MESA DIRETORA. APRECIÇÃO COM BASE NO CAPUT DO ART. 300 E PARÁGRAFO 2º, DO RI/TCM/PA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** em tese, formulada por autoridade competente, e respondida nos termos do Art. 300, parágrafo 2º do RI/TCM/PA., acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à **unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos do Relatório, da proposta de Decisão e Resolução prolatada às **fls. 08-11** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **13 de janeiro de 2015**.

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Presidente

  
Conselheiro **Sérgio Leão**  
Vice Presidente

**Presentes:** Conselheiros, Aloísio Chaves, José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José e Procuradora Maria Inez Gueiros.



PROCESSO Nº : 201318088-00  
PROCEDÊNCIA : CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS  
EXERCÍCIO : 2013  
RESPONSÁVEL : JOSINETO FEITOSA DE OLIVEIRA - PRESIDENTE  
ASSUNTO : CONSULTA

## I - RELATÓRIO

Versam os autos sobre consulta formulada pelo Sr. Josineto Feitosa de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Parauapebas, que questiona se a função de ordenador de despesa, especificamente no que tange à assinatura das ordens que autorizam os pagamentos das despesas, pode ou deve ser realizada unicamente pelo Presidente da Casa, acompanhado do tesoureiro responsável, ou se configura indispensável que outros membros da Mesa Diretora também ordenem conjuntamente, mediante aposição das respectivas assinaturas.

É o relatório.

## II - ADMISSIBILIDADE

Após análise, verifica-se que a consulta não preenche todos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 298 do Regimento Interno deste Tribunal, uma vez que se refere a caso concreto, não atendendo, assim, o disposto no inciso II que exige que seja formulada em tese. Entretanto, considerando se tratar de assunto de relevante interesse público, admito a presente consulta, nos termos do art. 300, §2º do Regimento Interno.

## III - FUNDAMENTAÇÃO

O Decreto-Lei nº. 200/67 dispõe no art. 80, §1º que o ordenador de despesa “é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda”.

Por sua vez, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Parauapebas prevê no art. 19 as matérias de competência privativa do Presidente da Câmara. Dentre as várias atribuições, prevê no inciso IV, as atividades relativas aos serviços da Câmara, senão vejamos:





Art. 19- O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas das atividades internas, competindo-lhe privativamente:

(...)

IV – quanto aos serviços da Câmara:

- a) remover e readmitir funcionários da Câmara, conceder-lhes férias e abono de faltas;
- b) superintender os serviços da Câmara; **autorizar nos limites do orçamento, as suas despesas** e requisitar o numerário da Câmara ao Executivo;
- c) apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete, relativo às verbas recebidas e às despesas do mês anterior;
- d) determinar o procedimento de licitações para com pras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação pertinente;
- e) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria, exceto os livros destinados às Comissões Permanentes;
- f) fazer no fim de sua gestão anual, relatórios dos trabalhos da Câmara;

Pela alínea “b” acima transcrita, cabe, privativamente, ao Presidente autorizar as despesas relativas aos serviços da Câmara. Logo, em interpretação conjunta com o art. 80, §1º do Decreto Lei 200/67, este deve ser considerado o ordenador de despesa do referido órgão.

### III - CONCLUSÃO

Em razão do exposto, considerando que o ordenador de despesa é a autoridade que autoriza pagamento e que o Presidente da Câmara Municipal de Parauapebas é quem possui a competência privativa para autorizar as despesas relativas aos serviços do órgão, conclui-se que o Presidente da Câmara é considerado o ordenador de despesa do órgão em questão, dispensando-se, neste caso, a assinatura dos demais membros da Mesa Diretora.

Belém, 13 de janeiro de 2015

José Alexandre Cunha  
Auditor Convocado